

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

1 No vigésimo sétimo dia do mês de maio de 2021, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios  
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 2ª Reunião Ordinária do Plenário  
3 do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Teams), tendo como pauta os  
4 seguintes assuntos: **1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação das minutas de atas das reuniões**  
5 **de 04.02.2021 e 25.02.2021; 3- Apresentação do Projeto de Saneamento Rural; 4- Apresentação dos**  
6 **componentes da Diretoria Colegiada; 5- Aprovação da minuta de resolução que “Dispõe sobre a**  
7 **criação do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - Produtores de Água e Floresta.”; 6-**  
8 **Aprovação da minuta de resolução que “Dispõe sobre a criação do Programa Sanear Guandu, com**  
9 **finalidade de definir a aplicação estruturada de recursos em áreas prioritárias para esgotamento.”;**  
10 **7- Aprovação de inscrição para preenchimento de vagas em aberto: UEZO – segmento Sociedade**  
11 **Civil; ASDINQ – segmento Usuários; TERNIUM – segmento Usuários; FAB Zona Oeste – segmento**  
12 **Usuários; Secretaria de Estado de Defesa Civil – segmento Governo; FIPERJ – segmento Governo;**  
13 **8- Encerramento. ITEM 1** - A Diretora Executiva Ana Asti (SEAS) iniciou a reunião cumprimentando a  
14 todos, e em seguida Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a leitura das regras da reunião e do conteúdo da  
15 pauta. Assim, alguns presentes pediram que fosse considerada a inclusão da discussão referente ao  
16 Projeto da CEDAE (referente à construção da barragem), que segundo os mesmos, estaria na eminência  
17 da aprovação de seu licenciamento ambiental, ainda nesta reunião. Paulo de Tarso (FIRJAN) informou ter  
18 recebido de forma não-oficial, um pedido via e-mail em que a CEDAE solicitou que fosse agendada uma  
19 nova data para apresentação do projeto e que este assunto seria tratado ao final da reunião, como  
20 assuntos gerais. Nelson Reis (OMA Brasil) comentou sobre a não inclusão de um item de pauta referente  
21 a apresentação do relatório de avaliação do Contrato de Gestão. Feitas as considerações, foi referendado  
22 o artigo 16º do Regimento Interno, para justificar os casos de inclusão de itens de pauta, mediante as  
23 solicitações realizadas de forma antecipada a data das reuniões. Marcelo Kaiuca (ASDINQ) por motivos  
24 pessoais, sugeriu a alteração de ordem dos itens de pauta, referente ao item 7 ser transferido para o início  
25 da reunião. Em seguida, a Diretora Ana Asti questionou aos membros sobre esta sugestão de alteração,  
26 não havendo nenhuma manifestação contrária a esta mudança. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) citou  
27 que por algumas vezes a CTSB solicitou a apresentação da CEDAE e seus projetos nesta Câmara  
28 Técnica, porém, não obteve tanto sucesso nestas tentativas. Marcelo Danilo (ANAGEA) esclareceu que o  
29 tema referente a barragem não entraria nesta reunião devido ao curto tempo hábil para inclusão deste  
30 tópico como item de pauta. Uiara Martins (FONASC) propôs a alteração da pauta, incluindo o assunto da  
31 barragem, pois segundo ela, este assunto também teria uma certa importância para ser tratado neste  
32 momento. Em seguida foi reforçada as condições estabelecidas no Regimento Interno para a inclusão de  
33 itens de pauta. Os diretores Paulo de Tarso (FIRJAN) e Ana Asti (SEAS) pediram para que fosse dado  
34 seguimento à reunião de forma a dar andamento as demais discussões. Nelson Reis (OMA Brasil) reiterou  
35 o seu interesse em incluir a discussão referente ao relatório do contrato de gestão. Por fim, foi incluso o  
36 item de pauta referente a assuntos gerais, a ser discutido ao final da reunião, contemplando o debate  
37 sobre o projeto da CEDAE (barragem). Assim, após as alterações sugeridas e aceitas, os itens de pauta

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

38 ficaram ordenados da seguinte forma: 1- Abertura e leitura da pauta; 2- Aprovação de inscrição para  
39 preenchimento de vagas em aberto: UEZO – segmento Sociedade Civil; ASDINQ – segmento  
40 Usuários; TERNIUM – segmento Usuários; FAB Zona Oeste – segmento Usuários; Secretaria de  
41 Estado de Defesa Civil – segmento Governo; FIPERJ – segmento Governo; 3- Apresentação do  
42 Projeto de Saneamento Rural; 4- Apresentação dos componentes da Diretoria Colegiada; 5-  
43 Aprovação da minuta de resolução que “Dispõe sobre a criação do Programa de Pagamento por  
44 Serviços Ambientais - Produtores de Água e Floresta.”; 6- Aprovação da minuta de resolução que  
45 “Dispõe sobre a criação do Programa Sanear Guandu, com finalidade de definir a aplicação  
46 estruturada de recursos em áreas prioritárias para esgotamento.”; 7- Aprovação das minutas de  
47 atas das reuniões de 04.02.2021 e 25.02.2021; 8- Assuntos Gerais: Debate sobre a barragem; 9-  
48 Encerramento. Dando seguimento a reunião, com a nova ordenação dos itens de pauta, temos. **ITEM 2**  
49 – Fátima Rocha (AGEVAP) informou sobre as instituições que manifestaram interesse e sobre as  
50 vacâncias existentes (titulares e suplentes) até então, para cada um dos segmentos. Nelson Reis (OMA  
51 Brasil) reiterou sobre a necessidade do GACG em apresentar o relatório do contrato de gestão de forma  
52 mais breve possível, e propôs que fosse agendada uma reunião extraordinária da Plenária, tendo este  
53 assunto incluso na pauta desta futura reunião. Tatiana Bastos (IDC) realizou alguns questionamentos  
54 referentes ao respaldo legal atribuído no Regimento Interno referente às inscrições de candidatos  
55 extemporâneos em relação ao edital, bem como ao preenchimento das vagas de vacância. Fátima Rocha  
56 (AGEVAP) informou que a divulgação das vacâncias ocorre de forma posterior ao fim do processo  
57 eleitoral, não havendo um prazo pré-estabelecido, estando condicionado o ingresso de novas instituições  
58 em vagas vacantes ao longo de todo o biênio vigente, e que o rito documental a ser seguido seria o mesmo  
59 do processo eleitoral, conforme edital. Carlos Cunha (SEDEC-Defesa Civil Estadual) pediu  
60 esclarecimentos sobre quais as vagas estariam disponíveis para o possível ingresso da instituição na qual  
61 representa. Em seguida, foi exibido o quadro de vacâncias para entendimento de todos os membros. As  
62 instituições registraram as suas preferências: SEDEC-Defesa Civil Estadual manifestou interesse de  
63 suplência do INEA no segmento Governo (subsegmento Governo Estadual); UEZO manifestou interesse  
64 de suplência da Universidade de Vassouras no segmento Sociedade Civil (subsegmento Instituições de  
65 Ensino Superior); FIPERJ manifestou interesse de suplência da SEAS no segmento Governo  
66 (subsegmento Governo Estadual) – sendo que as demais instituições não manifestaram as suas  
67 preferências ao longo desta reunião: ASDINQ, TERNIUM e FAB Zona Oeste. Gilvoneick Souza (ONG  
68 Socioambiental) fez referência aos cuidados que devem ser tomados quanto ao número de membros  
69 mínimos exigidos pelo Comitê, e sobre os possíveis problemas que poderão ocorrer no futuro, caso esta  
70 definição não seja melhorada. Tatiana Bastos (IDC) complementou dizendo que seria necessário algo que  
71 expressasse sobre a possibilidade de preenchimento extemporâneo de vagas, logo não deveria ser votado  
72 o ingresso de novas instituições neste momento, retirando este item de discussão. Uiara Martins  
73 (FONASC) pontuou que seria relevante informar quem avalia e como é realizada a análise prévia da  
74 documentação apresentada pelas instituições para estes casos. A Secretaria Executiva informou que

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

75 nestes casos, não há prazo para envio da documentação, desde que haja a vacância, sendo exigido  
76 apenas a apresentação e verificação da documentação obrigatória conforme edital. A Diretora Ana Asti  
77 (SEAS) lembrou que as fichas de avaliação estão disponíveis no site do próprio Comitê Guandu. Hendrik  
78 Mansur (TNC) pontuou que após a análise da habilitação da instituição, e que a Comissão eleitoral já foi  
79 desfeita, e que a Diretoria não seria a instância responsável pela definição das aprovações, sendo esta,  
80 uma responsabilidade da própria Plenária, assim como segue, e que caberia a mesma aprovar ou não o  
81 ingresso destes membros neste momento. Edson Brasil (Assessoria Jurídica AGEVAP) esclareceu que  
82 no parágrafo 8º do artigo 8º do Regimento Interno, seria a vacância por depois de completa a Plenária,  
83 houver a exclusão por algum membro que faltou seguidamente ou mesmo a desistência. E que o parágrafo  
84 1º do artigo 9º fala sobre a vacância da titularidade. E que assim, o texto abre a possibilidade de  
85 preenchimento da vacância nestas condições, vide o caso exposto no presente debate. Tatiana Bastos  
86 (IDC) ressaltou que a sua preocupação parte do que deve ser seguido conforme o procedimento, e não  
87 com a restrição de ingresso dos inscritos. Julio Antunes (CEDAE-Abastecimento) colocou que o rito foi  
88 seguido e que os membros que pleitearam as vacâncias em cada segmento estariam claramente  
89 compatíveis com a sua intenção de representatividade, e que considerando que todo o rito procedimental  
90 foi seguido de acordo com a legalidade imposta, o mesmo propõe o seguimento em prol da  
91 representatividade das instituições nestes segmentos, e que a decisão da plenária (rito público) seria  
92 soberana nestes casos. Edson Brasil (Assessoria Jurídica AGEVAP) entende que está claro nos textos  
93 do Edital e do Regimento Interno as condições de preenchimento de vagas vacantes, apesar de não citar  
94 a ausência de inscrição pós realização do processo eleitoral, mas que pelo artigo 60º (caso omissis),  
95 caberia a Plenária, através de sua maioria, o entendimento sobre a votação para o aceite ou não de novos  
96 membros, para preenchimento das vagas. Após as discussões, em regime de votação os membros  
97 presentes à plenária votaram da seguinte forma a favor do ingresso das instituições solicitantes (SEDEC-  
98 Defesa Civil Estadual; UEZO; FIPERJ; ASDINQ; TERNIUM e FAB Zona Oeste) segundo o artigo 60º (por  
99 omissão no Regimento Interno): 19 (dezenove) votos a favor, 3 (três) votos contra, 0 (zero) abstenções.  
100 Assim, foi aprovado o ingresso destas instituições nas respectivas vagas pleiteadas. Luna Pedrosa  
101 (Sindicato Rural do Município do Rio de Janeiro) registrou (via chat) o seu contra, por considerar que  
102 houve falta de transparência no processo, e segundo ela a Lei de Proteção de Dados só respaldaria  
103 pessoa física e que todos no âmbito do comitê seriam pessoas jurídicas, e que por este motivo não haveria  
104 razão para a ocultação de documentos. **ITEM 3** – Daiana Gelelete (AGEVAP) fez uma contextualização  
105 sobre o projeto, lembrando alguns históricos até o momento de contratação da empresa responsável  
106 pelo levantamento das informações. Em seguida, Carlos Bortoli (Profill-TSA) apresentou os objetivos  
107 (diagnóstico das demandas e situação atual do esgotamento sanitário nos aglomerados rurais e  
108 periurbanos; hierarquização das áreas; elaboração dos projetos básicos/executivos das soluções  
109 propostas), os produtos (diagnóstico saneamento – municípios e aglomerados rurais; hierarquização dos  
110 aglomerados na área do município – priorização das áreas; projetos básicos/executivos das soluções  
111 coletivas e individuais), o processo de desenvolvimento do projeto (apresentação do trabalho; rodadas de

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

112 visitação as prefeituras municipais; entrega P01; apresentações nas reuniões do Grupo de Trabalho;  
113 diagnóstico e visitas às áreas; entrega P02; projetos básico/executivo; entregas P04; hierarquização), a  
114 abordagem metodológica (baseada no PSBR-Programa de Saneamento Brasil Rural e nas prefeituras  
115 municipais) e os resultados alcançados. Ao final da apresentação, Marcelo Danilo (ANAGEA) parabenizou  
116 a apresentação e citou que já tinha conhecimento do acompanhamento que tem sido feito e que chama  
117 atenção o número de pessoas que serão atendidas (em torno de 73 mil pessoas) pelo projeto e o  
118 quantitativo de efluente doméstico envolvido. Gilvoneick Souza (ONG Socioambiental) fez críticas  
119 construtivas em relação a aplicação de sumidouros em algumas situações, sobre o baixo impacto da  
120 implantação de projetos individuais em relação a soma dos territórios (não de forma isoladas) e sobre o  
121 levantamento realizado. Tatiana Bastos (IDC) solicitou que fosse enviado o relatório de acompanhamento  
122 do contrato, pois seria interessante ter esta visão. Uiara Martins (FONASC) pediu esclarecimentos sobre  
123 o que seria “projeto básico/executivo” e que também gostaria de ter acesso aos relatórios. Ao responder  
124 as dúvidas, Daiana Gelelete (AGEVAP), além de demonstrar em tela como encontrar os relatórios, a mesma  
125 disponibilizou prontamente via chat da reunião o link de acesso aos relatórios e que em casos de  
126 dificuldades em acessar, entrar em contato. Carlos Bortoli (Profill-TSA) acrescentou que a solução  
127 utilizada não seria somente a aplicação de sumidouros, mas sim uma composição para a depuração do  
128 esgoto. Nelson Reis (OMA Brasil) recordou de quando a Profill-TSA fez a entrega do plano, e que seria  
129 importante ter um vídeo que apresente a entrega dos produtos. Gilvoneick Souza (ONG Socioambiental)  
130 ressaltou a importância de haver uma preocupação em relação a continuidade e a manutenção do projeto.  
131 Carlos Bortoli (Profill-TSA) informou que foram mapeadas junto as prefeituras as regiões que seriam  
132 atendidas por soluções coletivas e que a escolha do tipo de sistema a ser adotado também foi levado em  
133 consideração. **ITEM 4** – Por proposta da Diretora Ana Asti (SEAS) e em função do avanço da reunião em  
134 relação ao horário pré-estabelecido para encerramento, este item foi transferido para o final da reunião.  
135 Não houve manifestações contrárias por parte dos presentes quanto a alteração. **ITEM 5** – Ana Asti  
136 (SEAS) citou que a resolução já passou pela apreciação da CTEG e da CTIL-G, antes de chegar a  
137 Plenária. Gabriela Teixeira (AGEVAP) contextualizou a criação da resolução e comentando que a temática  
138 de pagamento por serviços ambientais não seria uma novidade para o Comitê Guandu-RJ, por já existir  
139 projetos deste tipo. Ressaltou que o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais poderia promover  
140 ainda mais a posição de protagonismo do comitê. Em seguida a mesma realizou uma apresentação sobre  
141 o Programa de Águas e Floresta contendo: os objetivos (aumentar a cobertura florestal na RH-II, incentivar  
142 a mudança de uso do solo a partir da conversão de áreas de baixa produtividade em sistemas de maior  
143 funcionalidade ecoidrológica e econômica; e promover a geração de renda de forma sustentável em  
144 propriedade rurais, a partir do uso de arranjos florestais e práticas agrícolas que conciliem a conservação  
145 dos recursos naturais com a produtividade), a estrutura do programa (a lógica de funcionamento; o ciclos  
146 bianuais; contratos de cinco anos), o arranjo institucional básico (hierarquização das funções), área de  
147 abrangência, os tipos de PSA e práticas elegíveis (PSA Anual: conservação, restauração – passiva ou  
148 ativa; PSA Apoio Financeiro: conservação produtiva – sistema agroflorestal, sistema silvipastoril, floresta



## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

149 manejada e boas práticas agrícolas) e as metas por ciclo [conservação: 800 hectares; restauração florestal  
150 {ativa ou passiva): 100 hectares; conservação produtiva (sistema agroflorestal, sistema silvipastoril,  
151 floresta manejada e práticas conservacionistas): 50 hectares]. Em seguida foi feita a leitura do texto da  
152 minuta da resolução. Gilvoneick Souza (ONG Socioambiental) criticou sobre o tempo dedicado a leitura  
153 da minuta, pois este seria um tempo perdido, uma vez que seria de dever dos membros a realização de  
154 uma leitura prévia antes da reunião. E que neste momento da reunião deveriam ser discutidos apenas os  
155 pontos a serem melhorados e destacados pelos membros, já que o texto fora analisado por outras  
156 instâncias. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) trouxe as recomendações aprovadas pela CTIL-G  
157 sobre a previsão de reserva orçamentária, que até então não havia embasamento jurídico para inserção  
158 daquele compromisso financeiro neste sentido. E que a CTIL-G recomendou garantir a sustentabilidade  
159 do programa ao longo do seu período de aplicação. Uiara Martins (FONASC) solicitou esclarecimentos  
160 em relação a questão técnica dos projetos, no que tange a mão-de-obra, se estaria ou não contemplada  
161 na resolução e sobre quem determina cortar o direito de fala dos participantes durante as reuniões.  
162 Hendrik Mansur (TNC) comentou sobre as áreas prioritárias a serem escolhidas, uma vez que estas  
163 seriam definidas via edital conforme interesse e necessidade do comitê, vide novos estudos que serão  
164 realizados no futuro. Gabriela Teixeira (AGEVAP) informou que o material possui o detalhamento das  
165 equipes necessárias e que caberia a equipe da AGEVAP auxiliar no andamento. Informou também que o  
166 atendimento a outras regiões não seria restrito, havendo a possibilidade de abranger áreas distintas em  
167 cada ciclo. Em seguida em regime de votação nominal, a Plenária votou da seguinte forma quanto a  
168 aprovação do texto da minuta de criação da resolução: 17 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.  
169 Assim, o texto e a criação da resolução foram aprovados. **ITEM 6** – Caroline Lopes (AGEVAP) apresentou  
170 o histórico de ações que levaram a necessidade de criação da resolução. Em sua apresentação estava  
171 contida: os objetivos, hierarquia de ações e recursos, o esgotamento urbano, contexto da hierarquização  
172 (carga orgânica como sendo a principal), a metodologia e a aprovação da hierarquização. Em seguida a  
173 mesma apresentou o texto da resolução, pontuando os tópicos mais relevantes que foram levados em  
174 consideração, contemplados no texto. Tatiana Bastos (IDC) comentou que seria necessário ser mais  
175 afirmativo na questão de reequilíbrio econômico-financeiro. Mediante as contribuições, alguns ajustes e  
176 correções foram feitos ao texto da minuta. Em seguida em regime de votação nominal, a Plenária votou  
177 da seguinte forma quanto a aprovação do texto da minuta de criação da resolução: 14 votos a favor, 0  
178 votos contra e 0 abstenções. Assim, o texto e a criação da resolução foram aprovados. Em meio a  
179 discussão sobre a continuidade da reunião, Nelson Reis (OMA Brasil) chamou a atenção quanto ao horário  
180 excedente, pois deveria ser respeitado o horário de trabalho da equipe da Secretaria Executiva. **ITEM 8** –  
181 Conforme acordado nos momentos iniciais desta reunião e a pedido da Diretoria, Caroline Lopes  
182 (AGEVAP) realizou a apresentação sobre o projeto de obras na tomada d'água da ETA Guandu (CEDAE  
183 e INEA), contextualizando o seu histórico, a resolução, os referendos, a tramitação entre as instâncias do  
184 comitê, EIA/RIMA e as justificativas das alternativas levantadas dentro do contexto estudado à época, a  
185 descrição técnica prevista para o projeto, as possíveis áreas diretamente afetadas pelo projeto, previsão

## ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021

186 de inundações, aspectos relevantes da área de estudo, o plano básico ambiental, valor previsto total para  
187 a execução. Paulo de Tarso (FIRJAN) comentou que recebeu um contato do Sr. Humberto (CEDAE)  
188 solicitando uma nova data para apresentação do projeto, mas que infelizmente foi recebido este contato  
189 via e-mail particular e não via ofício ao e-mail oficial do comitê. E que logo após ter recebido o e-mail via  
190 comitê, a Diretoria se reuniu para tratar sobre o assunto e alinhamento de uma nova data para  
191 apresentação. Após algumas discussões sobre o que deveria conter e ser contemplado no projeto, e sobre  
192 os possíveis pedidos de suspensão do certame do dia 1º de julho de 2021 via ofício. **Encaminhamentos:**  
193 **1 - Diretoria aprovar ad referendum uma recomendação a respeito de alguns termos sobre o projeto**  
194 **de obras da barragem da tomada d'água. 2 - Os Itens 4 e 7 da nova ordenação de pauta não foram**  
195 **tratados nesta reunião, sendo postergados ITEM 9** – Por fim, a Diretora Ana Asti (SEAS) agradeceu a  
196 presença e a participação de todos e declarou como encerrada esta reunião. A reunião foi encerrada às  
197 19h29min. Eu, Marcelo Cruz, tomei a termo esta ata que segue assinada por:

198  
199

\_\_\_\_\_  
**Paulo de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN)**  
Diretor Geral

\_\_\_\_\_  
**Ana Asti (SEAS)**  
Diretora Executiva

200  
201

### **Membros Presentes:**

202 Ana Larronda Asti (SEAS); Bruna Pessanha do Nascimento (Gerdau); Celso Rodrigues da Silva Junior  
203 (FCC S.A.); Adriane (P.M. Seropédica) representando Flávia Constantino da Vitória (P.M. Seropédica);  
204 Alex Fonseca *representando* Shayene Barreto (P.M. Itaguaí); Giordana Gabriela Silva (AmBev S.A.); Helio  
205 Vanderlei Coelho Filho (INEA); Hendrik Lucchesi Mansur (TNC); Jeandra Luna Lima Pedrosa (Sindicato  
206 Rural do Município do Rio de Janeiro); João Bosco de Salles (UEZO); Josivan Cardoso Moreno (ABES-  
207 RJ); Julio Cesar Oliveira Antunes (CEDAE Abastecimento); Leonardo da Costa Lopes (ITERJ); Licínio  
208 Machado Rogério (FAM-Rio); Luiz Fernando Carnevali (P.M. Miguel Pereira); Marcelo Danilo da Silva  
209 Bogalhão (ANAGEA); Marco Antonio Barbosa (CREA-RJ); Mariluci Sudo Martelletto (EMATER-Rio);  
210 Helena Fortes de Freitas (SETUR); Mario Luiz Dias Amaro (P.M. Piraí); Mauro André dos Santos Pereira  
211 (Defensores do Planeta); Mayná Coutinho (CEDAE Saneamento); Nelson Rodrigues dos Reis Filho (OMA  
212 Brasil); Orlando de Souza Pereira (Vale Verdejante); Rosiane Garcia Diniz (Instituto Ecopreservar); Paulo  
213 de Tarso de Lima Pimenta (FIRJAN); Sabina Campagnani (FURNAS); Tatiana Quintela de Azeredo Bastos  
214 (IDC-Instituto de Direito Coletivo); Uiara Martins de Carvalho (Clube de Engenharia); Viviane Montebello  
215 Carvalhosa (NUCLEP); Carlos Cunha (SEDEC-Defesa Civil Estadual); Josiane (Secretária ASDINQ);  
216 Marcelo Kaiuca (ASDINQ).

217

### **Convidados:**

219 Carlos Bortoli (Profill-TSA); Gilvoneick Souza (ONG Socioambiental); José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu);  
220 Clarisse Rocha (ANAGEA); Jacqueline Guerreiro Aguiar (FONASC); Pedro Vieira Esteves (FIPERJ);  
221 Frederico (SEMADETUR); Ana Carolina da Silva Valença ((Instituição não informada); Leonardo  
222 Gonçalves Machado (P.M. Mangaratiba); Luciana de Menezes Oliveira de Sant'Anna (Instituição não  
223 informada); Nilson Lopes (Profill-TSA); Fábio (Instituição não informada); Edson Brasil (Assessoria  
224 Jurídica AGEVAP); Nathália Vilela (AGEVAP); Kleiton Gomes (AGEVAP); Fátima Rocha (AGEVAP);  
225 Gabriela Teixeira (AGEVAP); Antonio Souza (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP); Maria Adelaide  
226 (AGEVAP); Thatielle Góis (AGEVAP); Lucas Almeida (AGEVAP); Caroline Lopes (AGEVAP); Marcelo

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 27.05.2021**

- 227 Cruz (AGEVAP); Luciana de Menezes (Rio de Janeiro Refresco); Ana Carolina Valença (Rio de Janeiro  
228 Refresco);